



# O DESTINO DOS ARQUIVOS DO TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO E DA INQUISIÇÃO

TRÊS SÉCULOS DE HISTÓRIA



# A EXTINÇÃO

SEC. XIX



# INCONSTITUCIONAL

As Cortes Gerais Extraordinárias da Nação, considerando **o Tribunal do Santo Ofício incompatível com os princípios da Constituição**, decretaram que fosse **extinto em 31 de Março de 1821**, assim como as **Inquisições**



# INCONSTITUCIONAL

## DECRETO.

As Cortes Geraes, Extraordinarias, e Constituintes da Nação Portuguesa, Considerando que a existencia do Tribunal da Inquisição he incompativel com os principios adoptados nas Bases da Constituição, Decretão o seguinte:

1.º O Concelho Geral do Santo Officio, as Inquisições, os Juizos do Fisco, e todas as suas dependencias, ficão abolidos no Reyno de Portugal. O conhecimento dos Processos pendentes, e que de futuro se formarem sobre causas espirituaes, e meramente ecclesiasticas, he restituído á Jurisdicção Episcopal. O de outras quaesquer causas de que conheção o referido Tribunal, e Inquisições, fica pertencendo aos Ministros Seculares, como o de outros crimes ordinarios, para serem decididos na conformidade das Leys existentes.

2.º Todos os Regimentos, Leys, e Ordens relativas á existencia do referido Tribunal, e Inquisições, ficão revogadas, e de nenhum effeito.

3.º Os bens, e rendimentos, que pertencião aos dictos estabelecimentos, de qualquer natureza que seião, e por qualquer titulo que fossem adquiridos, seião provisoriamente administrados pelo Thesouro Nacional, assim como os outros rendimentos publicos.

4.º Todos os Livros, Manuscriptos, Processos findos, e tudo o mais que existir nos Cartorios do mencionado Tribunal, e Inquisições, seião remettidos á Bibliotheca Publica de Lisboa, para serem conservados em cautela na Repartição dos Manuscriptos, e inventariados.

5.º Por outro Decreto, e depois de tomadas as necessarias informações, seião designados os ordenados que ficarão percebendo os Empregados que servirão no dicto Tribunal, e Inquisições.

A Regencia do Reyno assim o tenha entendido, e faça executar. Paço das Cortes 31 de Março de 1821. — Hermano José Baancamp do Sobral, Presidente — Agostinho José Freire, Deputado Secretario — João Baptista Figueiras, Deputado Secretario.



# A INCORPORAÇÃO

SEC. XIX



# DA DISPERSÃO... | 1821 A 1824

Em cumprimento do disposto na Lei de Extinção datada de 31 de março de 1821, os cartórios do Tribunal do Santo Ofício e das Inquisições foram depositados na Biblioteca Pública de Lisboa.

O diploma, promulgado em 5 de Abril seguinte, determinava o destino dos arquivos do Conselho Geral e das Inquisições de Lisboa, Coimbra e Évora.

*‘Todos os livros, manuscritos, processos findos e tudo o mais que existir nos cartórios do mencionado Tribunal e Inquisições serão remetidos à Biblioteca Pública de Lisboa para serem conservados em cautela na Repartição dos Manuscritos, e inventariados.’*



# DA DISPERSÃO... | 1821 A 1824

Em 10 de Maio uma portaria do Tesouro Público Nacional encarregou o Dr. Bernardo António da Mota e Silva, corregedor do bairro de Alfama, de fazer o **inventário dos bens de raiz, móveis, alfaias, papéis e livros pertencentes ao extinto Conselho Geral do Santo Ofício e Inquisição de Lisboa**.

A urgência exigida na elaboração do inventário e a desordem e multiplicidade dos documentos não permitiam que uma só pessoa o efectuasse nas condições requeridas. Foram então nomeados, por portaria de 2 de Julho desse ano, sete funcionários.

A 9 de Julho de 1821, compareceram na Biblioteca Pública, para dar início aos trabalhos, o Dr. Bernardo António da Mota e Silva, José Bonifácio Borges de Castro, e os praticantes Pedro Paulo Correia, Lourenço José de Barros, José Anastácio Velasco Galiano, Francisco José Moreira, Marcolino José de Almeida Torre do Vale e João Joaquim de Andrade, os quais assinaram o termo de abertura do inventário.






 em virtude da ditta Portaria  
 sua real e pessoal do dito Invento-  
 rio em Livros e Papeis pertencentes  
 ao dito Conselho Geral do  
 Santo Officio, que tembas de ser de-  
 movidos para a mesma Bibliotheca  
 Publica Nacional, e que a dita  
 supozem a quanto pela mancha que  
 ardiante a que Espontaneamente mandou  
 o dito Ministro fazer este auto que aq-  
 uo como o sobredito e junta a ditta In-  
 formia que a seguir Eu sou Joaquim  
 Salmo osmy cunhamy infederadamente  
 Netto. Jo.

José Joaquim Salmo  
 José Bernardino Rodrigues de Brito  
 Pedro Paulo  
 Lourenço José de

José Joaquim de Moraes  
 Francisco José Moreira  
 Marcetiano José de Almeida  
 João Joaquim de Faria

Portaria de 2 de Julho de 1821, citada no  
 Auto antecedente.

O Corregedor de Crime de Beiras d'Alfama fi-  
 que na intelligencia de que, exigindo as actuaes  
 circumstancias a maior brevidade possível na factu-  
 ra do Inventario dos Livros e Papeis pertencentes  
 aos Cartórios do extinto Conselho Geral do Santo  
 Officio, e da Inquirição desta Cidade, que lhe foi  
 incumbido por Portaria de 12 de Maio proximo

"Inventário dos Papéis  
pertencentes ao Extinto  
Conselho Geral do Santo Offício"

Portugal, Torre do Tombo,  
Instrumentos de Descrição, L 449



# DA DISPERSÃO... | 1821 A 1824

Três anos e três meses depois, em 11 de Outubro de 1824, o inventário foi dado por concluído.

○ **inventário devia dar entrada na Torre do Tombo juntamente com a documentação.** Na realidade ficaram por inventariar muitos “papéis” do Conselho Geral que chegaram ao Arquivo misturados com os da Inquisição de Lisboa e como tal foram considerados.



# DA DISPERSÃO... | 1821 A 1824

A **dimensão da documentação** a incorporar e a **exiguidade do espaço disponível no Real Arquivo** determinaram a decisão de se iniciar a incorporação com os documentos do Conselho Geral e da Inquisição de Lisboa.

O Ministro do Reino, Marquês de Palmela encetou as necessárias diligências, visando concertar as acções das entidades envolvidas – o Bibliotecário-Mor Monsenhor Joaquim Ferreira Gordo, o Guarda-Mor do Real Arquivo Visconde de Santarém, o Intendente das Obras Públicas Duarte José Fava -, assim como a preparação do espaço do Real Arquivo onde seria acomodada.





El Rey Meu Senhor He servido que V. S. de o seu parecer sobre a in-  
dica Representação de 3 de corrente, em que o Bibliothecario Meo  
propõe como mais util para o Publico, que fiquem na Bibliotheca  
os Impressos que fazem parte do Epistola da Inquisição e Santo Officio  
de Lisboa, remettendo para a Torre do Tombo os Manu-  
scritos e outros objectos que compoem o mesmo Epistola.  
Deo Guarde a V. S. Paço em 14 de Setembro de 1824.  
Marquês de Palmella  
Registrado  
Arquivo Real 7 de  
Setembro de 1824  
Mantrao S.  
Sr. Visconde de Albuquerque  
Mois da Torre do Tombo, cu guano  
este lugar arvio.

A representação do Bibliotecário-Mor ao Rei defendendo a **permanência dos livros impressos na Real Biblioteca Pública**, colheu a concordância do Guarda-Mor do Real Arquivo que solicitou os duplicados que deles houvesse.

Portugal, Torre do Tombo, Arquivo do Arquivo,  
Avisos e Ordens, mç. 11, n.º 207



# DA DISPERSÃO... | 1821 A 1824

Foi assim decidido o **desmembramento do cartório do Conselho Geral do Santo Ofício e da Inquisição de Lisboa** que passou a integrar o património da Biblioteca Pública, por decisão régia de 16 de Setembro de 1824.

Abria-se o precedente para repetir a decisão na futura incorporação dos livros e documentos das Inquisições de Coimbra e de Évora.



# ...À REUNIÃO | DE 1825 A 1836

Ao fim de várias diligências, a ordem decisiva foi dada em 27 de junho de 1825: o Ministro do Reino participou, então que no Real Arquivo da Torre do Tombo estava **pronta a casa destinada para se recolherem os papéis da extinta Inquisição.**

Esta ordem foi participada ao Visconde de Santarém a 1 de julho.



# ...À REUNIÃO | DE 1825 A 1836

Indo presente a El Rey Nosso Senhor a Junta de S. S. participando achas se preme-  
pla a fazer na Real Archivo da Torre do Tombo para se recolherem os Papéis da  
extinta Inquisição, ora existentes na Real Bibliotheca Publica, Tri serviu  
mandar expedir ao Bibliothecario Mór a conveniente Ordem para que f-  
zesse entrega dos ditos papéis nas caixas em que existissem, a pessoa que se  
apresentasse para os receber, authorizada por S. S. ordenando tambem ao  
Brigadeiro Intendente das Obras Publicas que auxiliasse este transpor-  
te para aquelle Real Archivo, e ao Corregedor do Crime do Bairro d'Al-  
fama que cooperasse para se verificar a mencionada entrega, devendo  
todas obrar de intelligencia, e commum accordo: O que participe a S. S.  
para que assim o fique entendendo, e execute na parte que lhe toca.  
Deos guarde a S. S. Jaco em 27 de Junho de 1825. = Joze Joze de  
Almeida e Araujo ferreira de Lacerda. - Sr. Visconde de Santarém  
Compra-se o Registo se Archivo N. 4.º de Julho de 1825. = Des-  
conde de Santarém. = Confid. no V.º de Julho de 1825.  
Franklin.

Registo da ordem para se  
recolherem os papéis da  
Inquisição e Santo Ofício  
na Torre do Tombo

1825-07-01

Portugal, Torre do Tombo, Arquivo  
do Arquivo, Avisos e Ordens, liv. 19,  
f. 214

Quando recollecto em o Real Arquivo da Torre do Tombo na conformidade das Rezas d'Ordem que me foram communicadas em Aviso de 27 de Junho passado, os Papéis de Cartorio do Conselho Real, e Jurgurios de Lisboa que actual mente se acham depositados no Real Bibliotheca Publica, em observancia das mesmas Rezas d'Ordem, nomeis para enviar os mencionados Papéis a José Manuel Severo Aureliano Basto, Adjuncto do Official Maior do mesmo Real Arquivo, a qual passara a mesma Real Bibliotheca onde receberá os mencionados Papéis que lhe foram entregues pelo Conselho Real de Estado, e pelo Corregedor de Coimbra do Porto e Affonso um assignancia das referidas Rezas d'Ordem, ficando igualmente por esta Real Autoridade se tratar com o Conselho Real de Estado das obras Publicas, em com a pessoa que al se acham no Real Arquivo, a fim de dar principio na manha de 5 de corrente a referida conduca, e remessa; Quando forem hezimas nota especificas do numero de Maços que foram conduca, em cada caizete, a qual me fara' presente, e ordens igualmente ao Official Maior que formalize hezimas semelhante nota especificas dos Maços que contiver cada caizete de hezimas, e remettido ao Real Arquivo para se proceder depois a necessaria conformancia das mesmas notas.

O Official Maior do Real Arquivo da Torre do Tombo fara' registar esta Portaria, e a communicara' ao dito Official seu Adjuncto pa' sua Real e Inteligencia, e observancia. Arquivo Real da Torre do Tombo 2 de Julho de 1825.

Offic. de Santarém.

Por Portaria, datada de 2 de julho de 1825, relativa à arrecadação dos documentos, o Visconde de Santarém, guarda-mor do Real Arquivo da Torre do Tombo, dirigida ao oficial maior [Francisco Nunes Franklin] para que nomeasse José Manuel Severo Aureliano Basto, para passar à Real Biblioteca onde receberia os mencionados papéis.

Assinatura de Francisco Nunes Franklin

Portugal, Torre do Tombo, Arquivo do Arquivo, Avisos e Ordens, mç. 12, n.º 58



# ...À REUNIÃO | DE 1825 A 1836

Em 5 de julho de 1825, começou a incorporação dos arquivos da Inquisição na Torre do Tombo, ainda que, nas palavras do Visconde de Santarém, na Portaria sobre os documentos de 26 de Julho de 1825, tenha

***“[...] sido muito irregular, e extraordinário o modo por que foram feitas as últimas remessas para o Real Arquivo da Torre do Tombo, dos documentos do cartório da Inquisição de Lisboa, tendo sido conduzidos em 15 carros sem a necessária segurança [...]”.***

Ainda assim, o Visconde de Santarém via coroado de êxito o seu esforço para conseguir a incorporação daqueles cartórios.



*Relaçãõ 1.ª*

*Relaçãõ dos Documentos, que vieram com os mais pertencentes ao Cartório do extinto Conselho Geral do Santo Officio, e que se não contemplarão no Inventario feito na Bibliotheca Publica, tambem recebido no Archivo.*



*Inventario dos Papéis pertencentes ao extinto Conselho Geral do Santo Officio — Que pela sua natureza deve ser collocado no Armario dos Indices.*

*Um Livro das Plantas e Herbas de todas as Fabricas das Inquirições deste Reino, e Indias.*

*Um Livro das Despezas das Habilitações.*

*Dois Livros juntos, e atados, com o rotulo = De Distribuição civil. =*

*Um Livro de Indices dos Habilitandos.*

*Um Livro com o rotulo de = M.º Quaderno do Promotor. =*

*Um Livro com o rotulo de = Quaderno 7.º das Solicitantes. =*

*Um Livro com o rotulo de = Livro N.º do Acordado. =*

A Portaria de 1 de abril de 1826 do Visconde de Santarém dirigida ao official maior do Real Arquivo da Torre do Tombo participando **estarem colocados nos seus devidos lugares os livros e papéis do cartório do Santo Offício**, fazendo guardar e registar as três relações anexas. Estas relações completavam o que o citado "Inventário dos Papéis" não descrevia.

Portugal, Torre do Tombo, Arquivo do Arquivo, Avisos e Ordens, mç. 13, n.º 26



# ...À REUNIÃO | DE 1825 A 1836

A incorporação dos cartórios do Conselho Geral do Santo Ofício e da Inquisição de Lisboa na Torre do Tombo foi uma efeméride notável, dada a importância do considerável espólio documental. Esta foi a primeira das grandes incorporações que se processaram no século XIX.

A documentação em 122 caixotes das Inquisições de Coimbra e Évora, que se encontrava no armazém da censura, deveria

*“[...] passar provisoriamente para a Biblioteca Pública quando saíssem os do Conselho Geral e da Inquisição de Lisboa e enquanto não houvesse espaço no Real Arquivo”.*

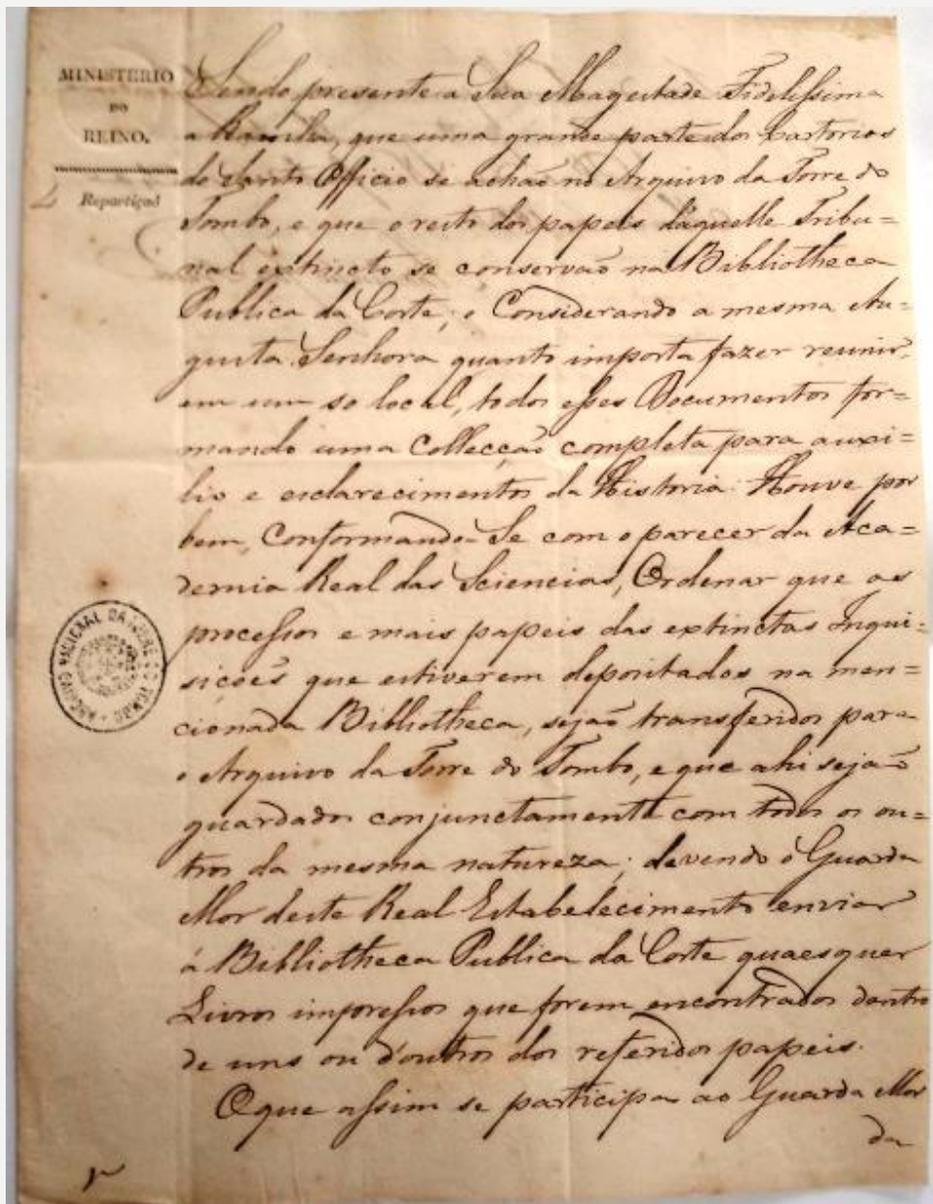


# ...À REUNIÃO | DE 1825 A 1836

No tempo do Bispo Conde Guarda-Mor D. Frei Francisco de São Luís, José Manuel Severo Aureliano Basto, continuou os esforços do Visconde de Santarém, no sentido de concretizar a incorporação da documentação das Inquisições de Coimbra e de Évora.

Por Portaria do Governo, em 4 de Maio de 1836, ordenou-se que os **processos e mais papéis das extintas Inquisições** que estivessem depositados na Biblioteca, fossem **transferidos para o Arquivo da Torre do Tombo**, e que aí fossem guardados conjuntamente com todos os outros da mesma natureza.





Portaria do Governo, em 4 de Maio de 1836,

“Sendo presente à Rainha, que uma grande parte dos cartórios do Santo Ofício se acham no Arquivo da Torre do Tombo, e que o resto dos papéis se conservam na Biblioteca Pública da Corte; e considerando a mesma Augusta Senhora quanto importa fazer reunir em um só local, todos esses documentos formando uma Colecção completa para auxílio e esclarecimento da História” [...]

Portugal, Torre do Tombo, Arquivo do Arquivo,  
Avisos e Ordens, mç. 17, n.º 68



# ...À REUNIÃO | DE 1825 A 1836

O cumprimento da portaria de 4 de maio de 1836 pouco demorou. É de crer que a transferência se tenha feito de imediato. A 21 de junho seguinte a documentação já se encontrava na Torre do Tombo. Nesta data, Aureliano Basto informava o bispo Guarda-Mor:

*‘O inventário do arquivo está acabado porém não o mando porque Tomás Caetano foi à Biblioteca para lhe darem a relação do conteúdo das duas últimas Inquisições que vieram, e então encherei esta lacuna’. [Mas] ‘Vista a demora da Biblioteca em remeter e relação dos maços dos papéis das Inquisições de Coimbra e Évora não devo reter por mais tempo o inventário geral do Arquivo e por isso o envio a V. Ex.<sup>a</sup> [...]’.*



# DA CONFUSÃO E DESORDEM

O Visconde de Santarém, então guarda-mor, alude, repetidas vezes, à **confusão e desordem em que os documentos do Conselho Geral Tribunal do Santo Ofício e das Inquisições entraram para o Arquivo.**

Assim, para *'dar alguma ordem ao vastíssimo cartório do Conselho Geral para o tirar da grande confusão com que foi remetido'*, em 26 de julho de 1825, deu instruções ao oficial-maior **Francisco Nunes Franklin**, para dar prioridade à documentação dos *'maços'*, depois dos *'livros encadernados e em pasta'*, e finalmente dos *'documentos avulsos'*.





# INICIAM-SE OS TRABALHOS

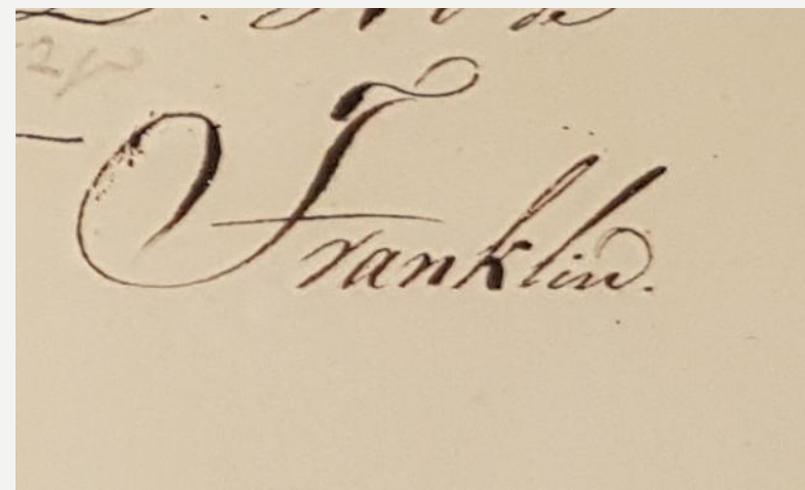
SEC. XIX



# INICIAM-SE OS TRABALHOS | SEC. XIX

Em dezembro de 1825, o Visconde de Santarém informava que se encontravam já *‘inventariados específica, numérica e cronologicamente mais de 13 000 processos como trabalho preliminar para a sua devida classificação’*

Esse número subiu a 14 654 em outubro de 1826.

A close-up photograph of a handwritten signature in cursive script on aged, yellowish paper. The signature reads "Franklin." with a large, ornate initial "F". There are some faint markings and numbers above the signature.

Assinatura de Francisco Nunes Franklin

1662	Processo de Brito Cardeza	1609
1663	Suma de Beatriz Mendes	1591
+	<u>1664 Suma de P. Ant. Vieira</u>	<u>1667</u>
1665	Suma de Paul. Namunga	1555
1666	Confissao de Roberto, Namunga	1590

13770	Suma de Manoel Francisco	S.O.
⊕	<u>13771 Pesquisa sobre P. Vieira respectivo a Bandeira</u>	<u>1662</u>
13772	Suma de varios Sujeitos	S.O.

Índice antigo. Os processos relativos ao Padre António Vieira

# INICIAM-SE OS TRABALHOS | SEC. XIX

A incorporação dos cartórios do Conselho Geral do Santo Ofício e do Tribunal de Lisboa na Torre do Tombo foi uma **efeméride notável, dada a importância do considerável espólio documental.**

A sua classificação mobilizou metade dos oficiais efectivos, conforme refere o oficial-maior no relatório de 5 de outubro de 1825.

Como aqueles eram em número reduzido, foi autorizado o contrato de quatro escriturários por Portaria de 10 de fevereiro de 1827.



# INICIAM-SE OS TRABALHOS | SEC. XIX

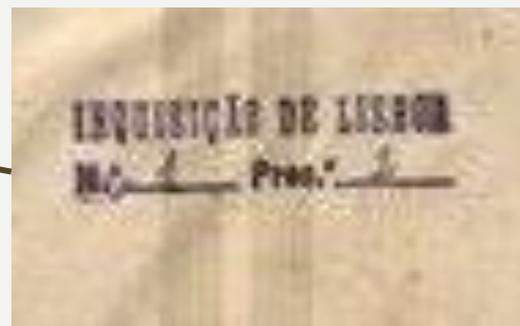
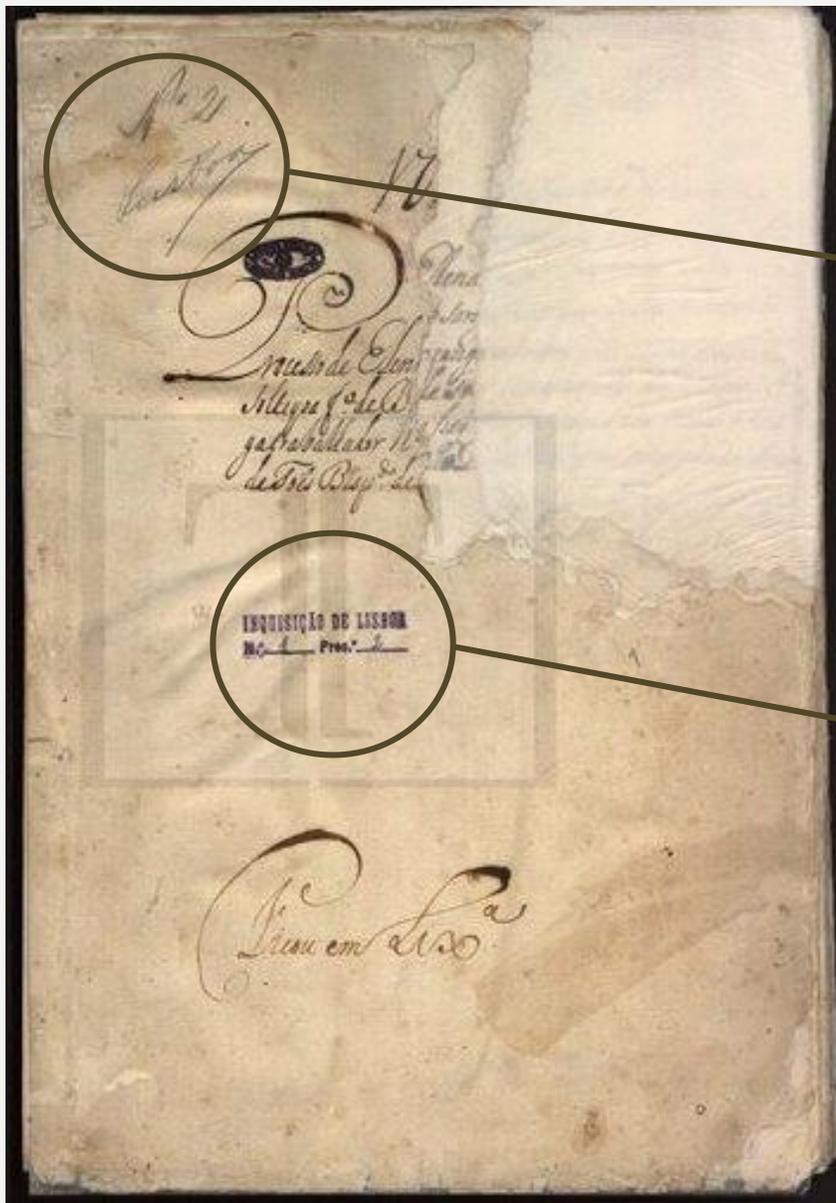
A primeira tarefa para a classificação dos documentos consistiu na sua **numeração contínua**.

Foi considerado desde logo que a documentação do Conselho Geral constava no *Inventário* e que a restante pertencia à Inquisição de Lisboa.

Assim, a numeração foi iniciada pelos processos crime de Lisboa, mas depois foram cotados nessa sequência todos os papéis que surgiam.

A prioridade foi dada aos documentos contidos nos maços, muito provavelmente os maços originais dos processos.





Processos-crime da Inquisição de Lisboa

# INICIAM-SE OS TRABALHOS | SEC. XIX

Os livros teriam numeração distinta, mas a documentação avulsa e livros não encadernados ou truncados foram numerados na sequência dos processos.

Chegou-se, assim, ao processo **17.976**, número que tem sido considerado **corresponder aos réus julgados pela Inquisição de Lisboa**.

Uma breve nota no **‘Caderno dos trabalhos distribuídos aos empregados do Real Archivo na Casa da Escrituração’**, de 1833, diz que se começou a alfabetar o índice da Inquisição e Santo Ofício de Lisboa a 9 de dezembro.





Livros da Inquisição de Lisboa

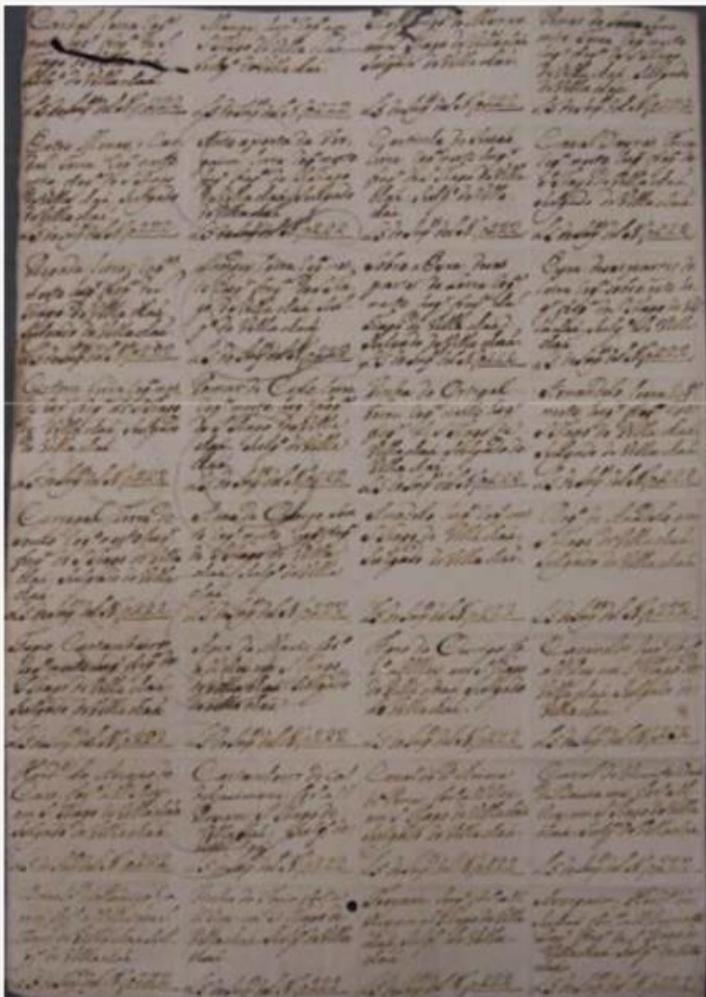


# INICIAM-SE OS TRABALHOS | SEC. XIX

Apesar de não haver notícia dos trabalhos de inventariação dos cartórios das Inquisições de Coimbra e de Évora, existe o resultado desses trabalhos:

os índices dos processos crime em pequenos verbetes, tal com haviam sido feitos para a Inquisição de Lisboa, os chamados *'rosários'*.





## Fase preparatória dos rosários



Fichas de rosário relativas aos processos do Padre António Vieira

# INICIAM-SE OS TRABALHOS | SEC. XIX

Os arquivos dos Tribunais de Lisboa, Coimbra e Évora tiveram apenas um tratamento preliminar que consistiu na **numeração contínua dos processos crime**, e incluiu documentos de natureza diversa.

Os livros das três Inquisições não foram inventariados nesta época.

Apenas se mantiveram juntas as séries dos Cadernos do Promotor, de Solicitantes e de Nefandos, embora incompletas.





# CONTINUAM OS TRABALHOS

SEC. XX



# CONTINUAM OS TRABALHOS | SEC. XX

Nomeado conservador da Torre do Tombo em 1902, **António Baião**, teve a seu cargo os cartórios do Santo Ofício.

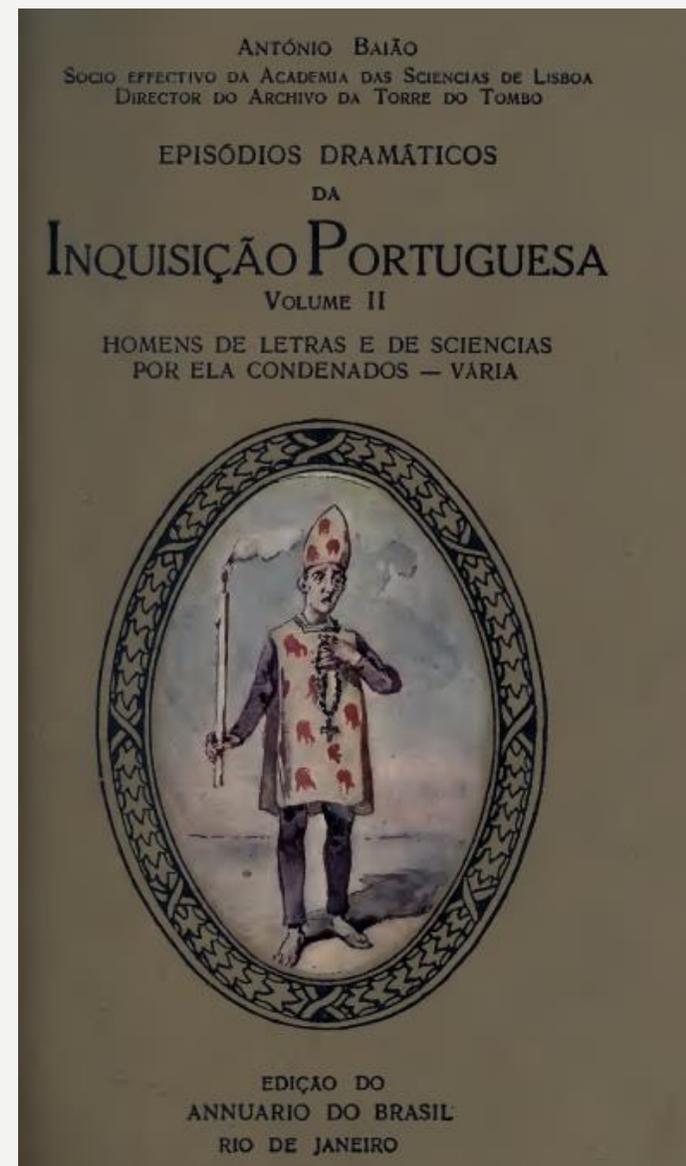
O interesse que lhe despertou este acervo documental está bem expresso nas obras e estudos que publicou. Neles estudou os regimentos do Conselho Geral, as diligências de habilitação para familiares do Santo Ofício, os processos, os Cadernos do Promotor.

Mas grande número de livros e documentos continuou por identificar.



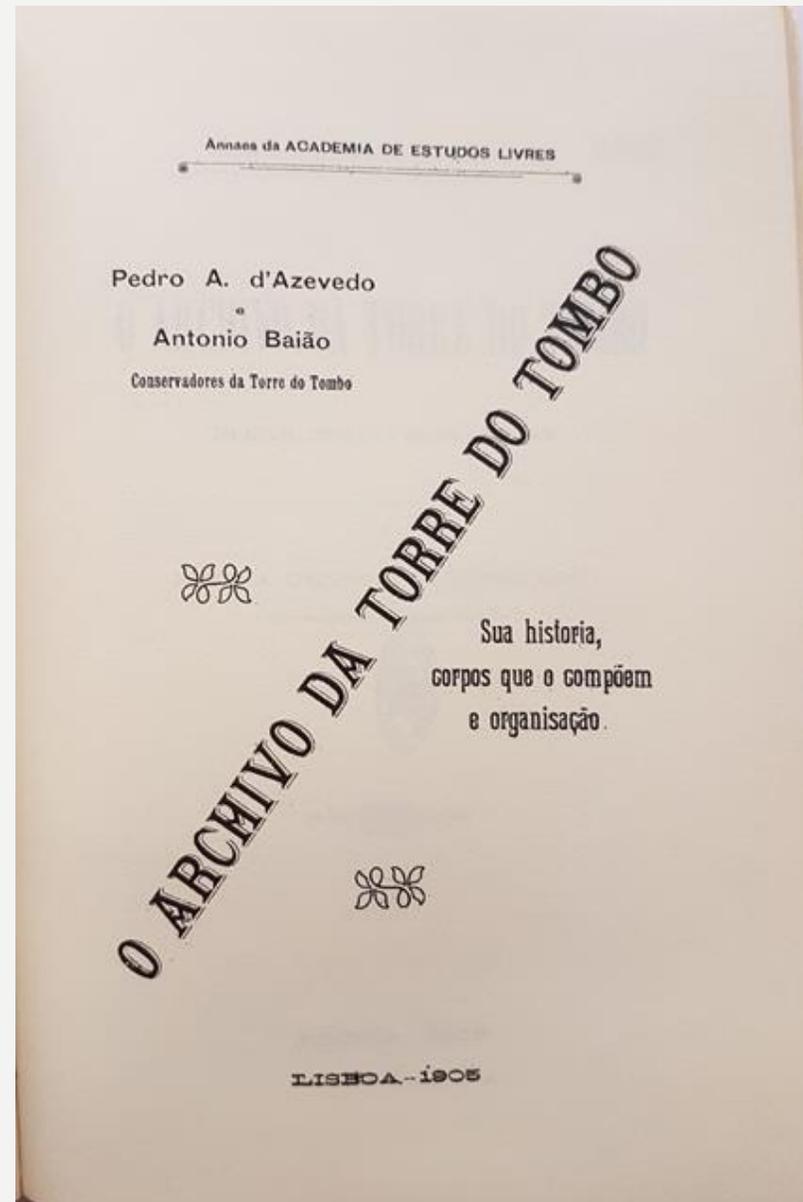
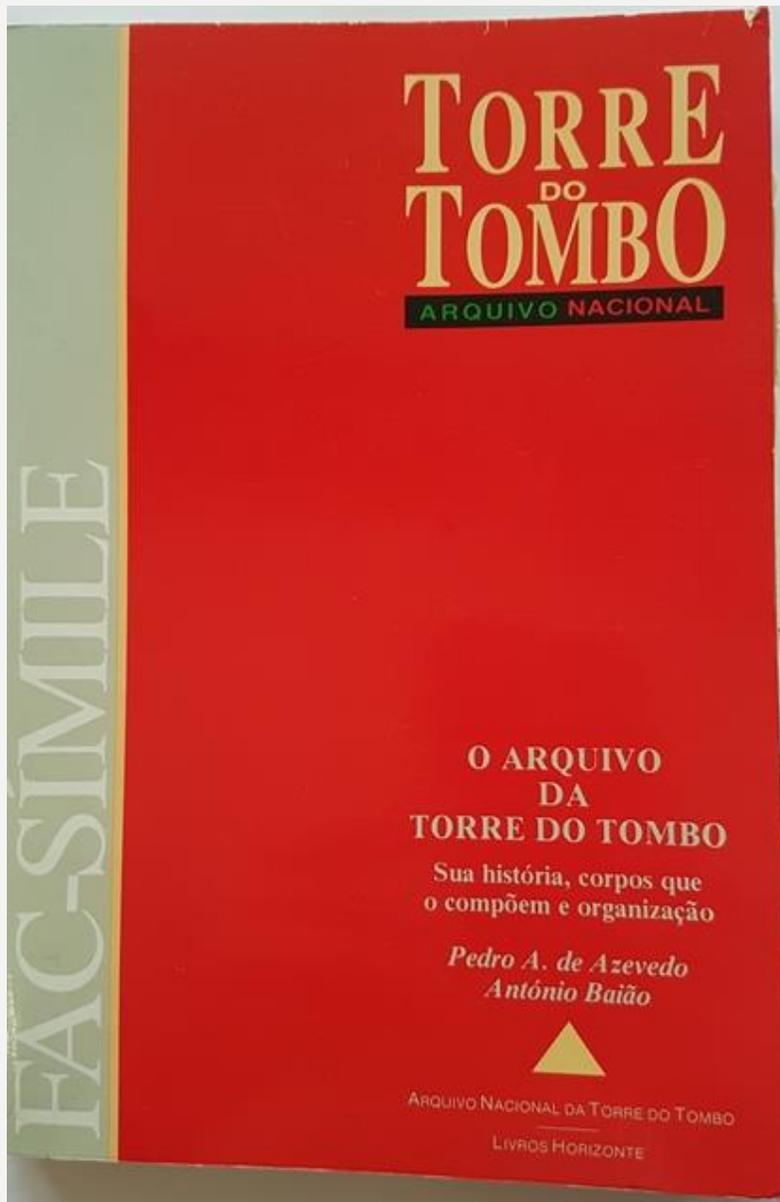


António Baião na Torre do Tombo, em São Bento



Uma das obras de António Baião sobre a Inquisição





A principal obra de António Baião sobre a Torre do Tombo



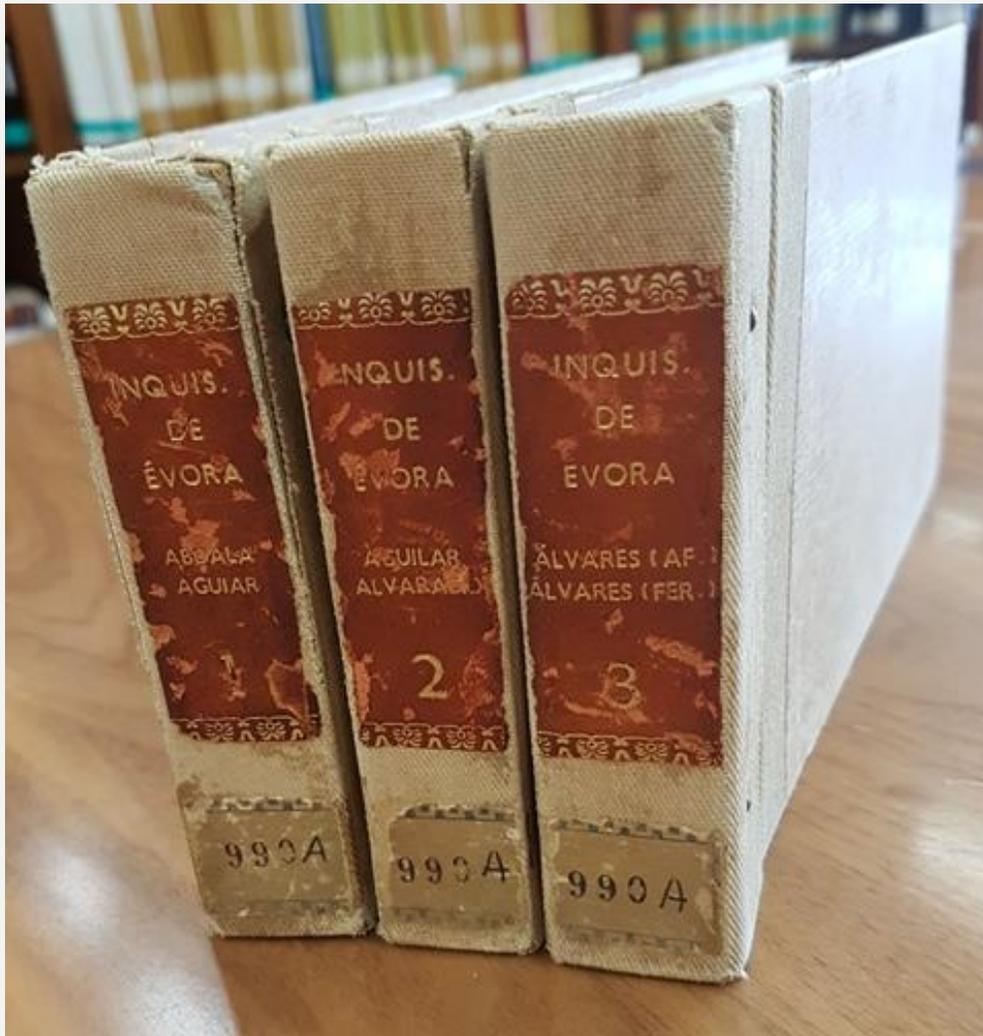
# CONTINUAM OS TRABALHOS | SEC. XX

Pelos anos 50, foram atados em **grossos maços** após apressada classificação por assuntos, onde o conteúdo nem sempre correspondia ao rótulo que lhe foi posto.

Os maços da Inquisição de Lisboa no antigo edifício da Torre do Tombo, em São Bento



# CONTINUAM OS TRABALHOS | SEC. XX



Nos anos 60 procedeu-se à elaboração de um catálogo, em **cadernetas**, para os processos da Inquisição de Évora e, mais tarde, iniciou-se igual tratamento para as Inquisições de Coimbra e de Lisboa, substituindo-se os velhos **'rosários'**

Cadernetas da Inquisição de Évora

# CONTINUAM OS TRABALHOS | SEC. XX

2

Abelho (Manuel): filho de António Abelho e de Maria Henriques; casado; natural de Évora; ourives.

Tres em 1630, Janeiro, 26; saiu em auto de fé de 1632, Março, 28.

Crime: judaísmo, heresia, apostasia, pertinácia negativa.

Condenação: confiscoação de bens, pena de excomunição maior.

Foi relaxado à justiça secular.

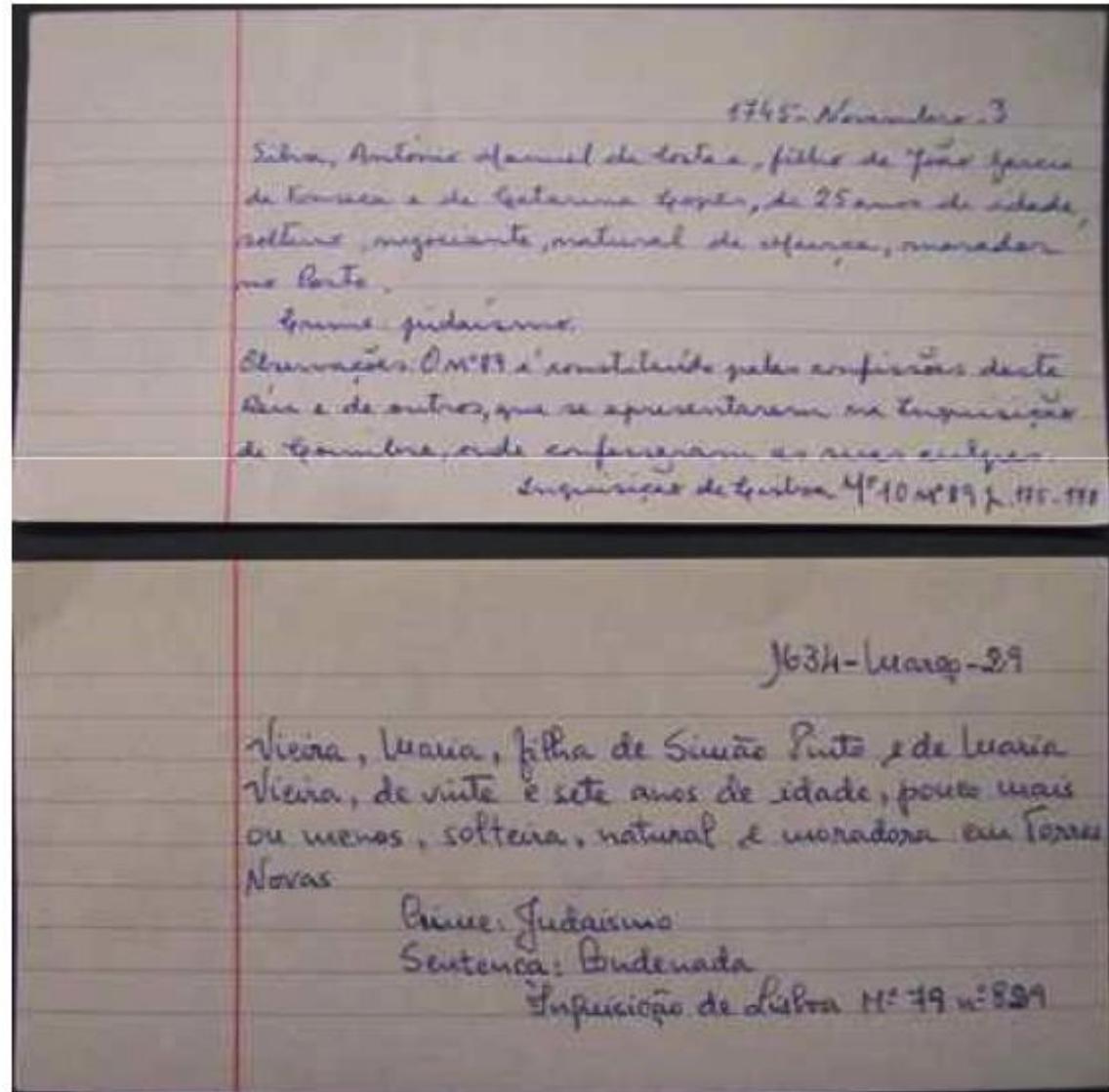
Observações: O Réu foi preso quando, acompanhando suas mulheres de nação judia, tentava fugir de Évora.

Seq. Évora: M. 194, n. 1859

Verbete de descrição de um processo das cadernetas da Inquisição de Évora



# CONTINUAM OS TRABALHOS | SEC. XX

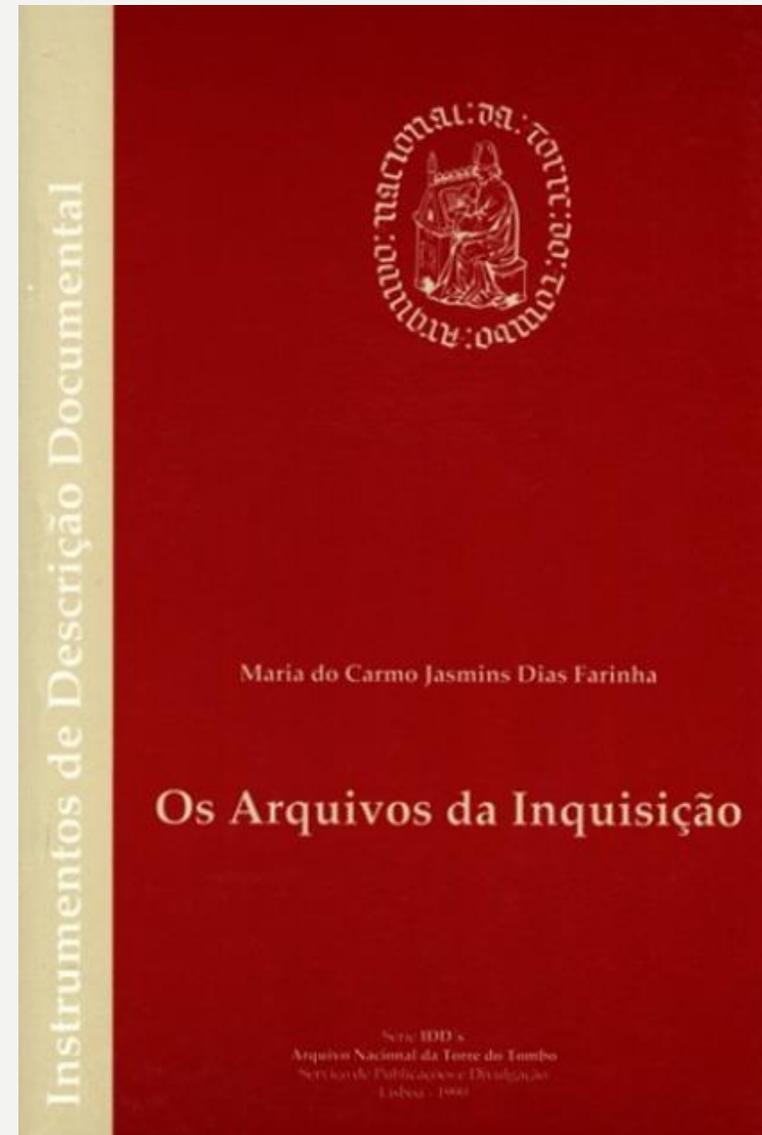


Verbetes de descrição de um dos processos do Padre António Vieira, e outro



# CONTINUAM OS TRABALHOS | SEC. XX

Os trabalhos de identificação, classificação e organização do conjunto dos cartórios do Tribunal do Santo Ofício foram efectuados na década de 70, deles resultando o conhecido inventário **‘Os Arquivos da Inquisição’**, da autoria da conservadora **Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha**.



# CONTINUAM OS TRABALHOS | SEC. XX

Este *Inventário* reúne e oferece a **História custodial e arquivística do fundo do Tribunal do Santo Ofício**, fundamentando-se, maioritariamente, na documentação do Ministério do Reino e nos Avisos e Ordens e livros de Registo do Arquivo do Arquivo, remetendo para os protagonistas das diligências da incorporação do século XIX: o Ministro do Reino, o Guarda Mor e oficiais do Real Arquivo, o Bibliotecário da Real Biblioteca Pública da Corte, o Intendente das Obras Públicas.

A citada conservadora divulga o **progresso do trabalho arquivístico alcançado**, e o conhecimento obtido sobre a documentação trabalhada, demonstrados no Inventário do Conselho Geral, da Inquisição de Lisboa, da Inquisição de Coimbra, da Inquisição de Évora.



# CONTINUAM OS TRABALHOS | SEC. XX

Publica ainda as **listas dos Inquisidores Gerais, dos Conselheiros Deputados Inquisidores de Lisboa, Coimbra e Évora.**

Este *Inventário* foi a **matriz do trabalho de tratamento arquivístico** realizado na documentação da Inquisição de Lisboa, entre 2007 e 2009, no âmbito do **Projecto Inquisição de Lisboa online.**

# CONTINUAM OS TRABALHOS | SEC. XX

A preparação da mudança para o **novo edifício da Torre do Tombo** fez interromper esses trabalhos, os quais viriam a ser retomados já na década de 90, com recurso aos meios informáticos.

O registo insere-se na seguinte estrutura hierárquica:

Level	Title
Fundo	Tribunal do Santo Ofício
Subfundo	Inquisição de Lisboa
Série	Processos

Clique no Código de Referência para visualizar a inserção hierárquica do registo

CódigoReferência	<a href="#">PT-TT-TSD/II/28/1664</a>
Título	Processo de António Vieira
NívelDescrição	Documento Composto
DimensãoSuporte	fl.; papel
CódigoReferAlternCote	Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 1664
ÂmbitoConteúdo	Estatuto social: Padre
EntidadeArquivadora	ANTT
LocalizaçãoCópies	Cópia microfilmada. Portugal, Torre do Tombo, mf. 1427, 1427 A, 1427 B e 1427 C
DataDescrição	Revisão: 1/2007
Patrocínio	

Record: [1 of 1](#)

TT online – registo descritivo de um processo do Padre António Vieira





# **AINDA TRABALHAMOS**

**SEC. XXI**



# AINDA TRABALHAMOS | SEC. XXI

## Projecto Inquisição de Lisboa online

Este projecto resultou de um protocolo de cooperação entre a REN, SGPS, e a DGARQ, assinado em 12 de Julho de 2007, a realizar até Dezembro de 2009, e teve como principal objectivo o **tratamento arquivístico, a conservação e restauro, a digitalização dos livros, processos, e maços de documentos do subfundo Inquisição de Lisboa** do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, com vista à **disponibilização de registos descritivos e de imagens** dos documentos através do catálogo em linha



# **AINDA TRABALHAMOS | SEC. XXI**

Ficaram então disponíveis online:

**19.775 registos descritivos**

**2.392.997 imagens**



# AINDA TRABALHAMOS | SEC. XXI

A adopção da tecnologia digital potenciou a divulgação da informação em redes de conhecimento sem fronteiras e, simultaneamente, permitiu a sua preservação em formato digital.

A concretização do Projecto envolveu uma equipa multidisciplinar, com elevado sentido de compromisso com o serviço, capacitada para responder aos problemas associados à descrição, conservação e restauro, e digitalização de documentos e ao armazenamento de imagens da Inquisição de Lisboa.



# AINDA TRABALHAMOS | SEC. XXI



ARQUIVO NACIONAL  
TORRE DO TOMBO

DGLAB  
DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO,  
DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS

PESQUISA SIMPLES

PESQUISA AVANÇADA

DESTAQUES

SERVIÇOS EM-LINHA

AJUDA

Entrar  

 TSO Tribunal do Santo Ofício 1536/1821

 IL Inquirição de Lisboa 1536/1821

 028 Processos 1536/1821

 01664 Processo do padre António Vieira 1659-04-29/16

## PROCESSO DO PADRE ANTÓNIO VIEIRA

## REPRESENTAÇÃO DIGITAL

### NÍVEL DE DESCRIÇÃO

 Documento composto

### CÓDIGO DE REFERÊNCIA

PT/TT/TSO-IL/028/01664

### TIPO DE TÍTULO

Formal

### DATAS DE PRODUÇÃO

1659-04-29 ? a 1668-06-30 ?

### DIMENSÃO E SUPORTE

1708 f. (1564 f. ms., 144 f. em branco); papel

### HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA

Este processo, de início, era constituído por duas partes. A primeira parte (f. 1 a 94) e segunda parte (f. 1 a 857).

Em 1880, a 1 de Maio, foi reconstituído pelo ajudante do oficial maior da oficial da Torre do Tombo, Roberto Augusto da Costa Campos, com a parte em falta e que se desconhecia, encontrada entre os papéis das Inquirições (f. 858 até ao termo da notificação do perdão do padre António Vieira lavrado a 30 de Junho de 1668).



VISUALIZAR

## SERVIÇOS DISPONÍVEIS

 [Pedido de reprodução](#)

 [Pedido antecipado de consulta](#)

Inquirição de Lisboa online – registo descritivo de um processo do Padre António Vieira



# AINDA TRABALHAMOS | SEC. XXI

## ÂMBITO E CONTEÚDO

Idade: 55 anos

Crime/Acusação: proposições heréticas, temerárias, mal soantes e escandalosas

Cargos, funções, actividades: religioso professo da Companhia de Jesus

Naturalidade: Rua dos Cônegos, freguesia da Sé, Lisboa

Morada: Coimbra

Pai: Cristóvão Vieira Ravasco, fidalgo da Casa Real

Mãe: D. Maria de Azevedo

Estado civil: solteiro

Data da apresentação: 21/07/1663

Data da prisão: 01/10/1665 (cárcere da custódia)

Sentença: auto-da-fé privado de 23/12/1667. Privado para sempre de voz activa e passiva e do poder de pregar, recluso no Colégio ou Casa de sua religião, de onde não sairia sem termo assinado pelo Santo Ofício, assinar um termo onde se obrigava a não tratar mais das proposições de que foi arguido, nem por palavra nem por escrito, pagamento das custas.

A leitura da sentença, sexta-feira 23/12/1667, na Sala da Inquisição, demorou duas horas e um quarto, no dia seguinte a mesma foi lida no Colégio. O réu, por motivos de saúde, foi autorizado a abandonar a sua reclusão no Colégio de Coimbra e a ir para a Casa do Noviciado de Lisboa. Por súplica do provincial da Companhia de Jesus, dirigida ao Santo Ofício, foi solicitada a anulação e perdão das penas que lhe foram impostas. Este pedido foi aceite por despacho do Conselho Geral do Santo Ofício, de 12/06/1668. A 30/06/1668, o réu foi chamado à Casa do Despacho da Inquisição de Lisboa, onde lhe foi comunicado o respectivo perdão e assinou o seu termo. Em Agosto de 1669, o padre António Vieira partiria para Roma com licença do Rei.

# AINDA TRABALHAMOS | SEC. XXI



Tribunal do Santo Ofício:  
caixas no depósito

# AINDA TRABALHAMOS | SEC. XXI



Tribunal do Santo Ofício: um vislumbre do depósito



# AINDA TRABALHAMOS | SEC. XXI

Neste momento estão disponíveis online:

**77 796 registos descritivos**

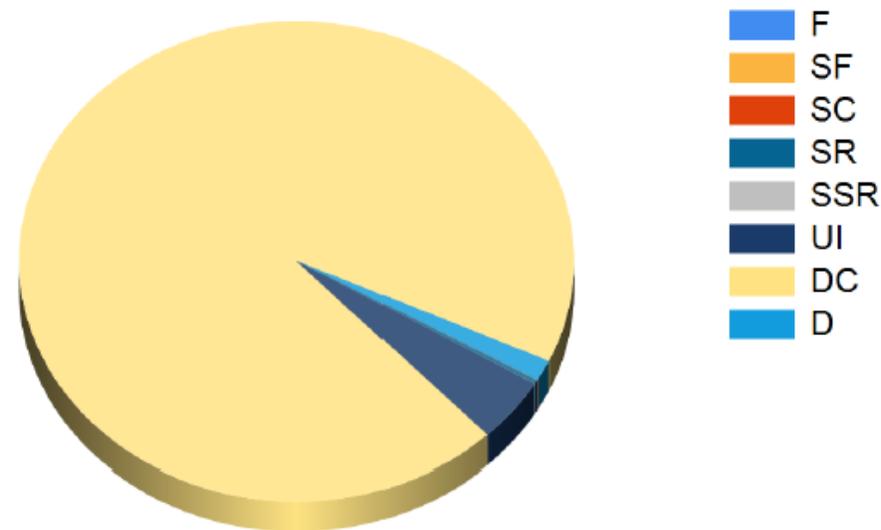
Dos níveis Fundo (F), sub-fundo (SF), secção (SC),  
série (SR), UI (unidades de instalação, caixas ou livros),  
DC (documento composto ou processo), D (documento simples)



# AINDA TRABALHAMOS | SEC. XXI

## PT/TT/TSO - Tribunal do Santo Ofício

Nível de descrição	Nº de registos	% de registos
F	1	0.00
SF	8	0.01
SC	8	0.01
SR	193	0.25
SSR	8	0.01
UI	3381	4.35
DC	73069	93.92
D	1128	1.45
<b>Total:</b>	<b>77796</b>	



Tribunal do Santo Ofício: n.º de registos descritivos por nível de descrição



“O **Tribunal do Santo Ofício** estendeu a sua acção a todo o País e a quase todos os territórios submetidos à Coroa portuguesa no longo período da sua existência, entre 1536 e 1821.

A **numerosa documentação proveniente dos seus cartórios** encerra, naturalmente, dados indispensáveis para o **conhecimento da instituição**, das **pessoas que a serviram**, das **suas vítimas** ou de simples testemunhas, mas fornece também informações do maior valor para a **história de toda a época** em que exerceu a sua actividade.

**Conflitos sociais, dificuldades económicas, censura, movimento marítimo, arquitectura urbana, toponímia, integração de estrangeiros na sociedade portuguesa, evolução das mentalidades** são alguns dos temas que podem ser estudados com o recurso às fontes inquisitoriais.”

M.<sup>a</sup> Carmo Farinha - *Os Arquivos da Inquisição*, Prefácio, p. 11





**ARQUIVO NACIONAL DA  
TORRE DO TOMBO**

**2021**